



MARCELO PEREIRA DA SILVA
(ORGANIZADOR)

COMUNICAÇÃO, REDES SOCIAIS E A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA



MARCELO PEREIRA DA SILVA
(ORGANIZADOR)

COMUNICAÇÃO, REDES SOCIAIS E A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C741	<p>Comunicação, redes sociais e a produção jornalística [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-793-2 DOI 10.22533/at.ed.932191905</p> <p>1. Comunicação social. 2. Jornalismo. 3. Redes sociais. I. Silva, Marcelo Pereira da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 303.4833</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O jornalismo e a comunicação são instituições fundamentais para a solidificação da democracia, da participação e do estado democrático de direito. Como atividades profissionais, não podem se posicionar como 4º poder, mas devem assumir seu lugar de contrapoder, defendendo a verdade, os interesses da coletividade, a organização social, a paz, etc.

Nesta obra, as imbricações, diálogos e duelos entre diferentes teorias, proposições, análises, perspectivas e autores, contribuem com a investigação científica com base nos termos que a intitulam: Comunicação, Redes Sociais e a Produção Jornalística. Por meio de olhares transversos sobre objetos que constituem a realidade social contemporânea da comunicação e do jornalismo, os autores lançam luz sobre a necessidade de reformulações, ressignificações, aprofundamento e críticas ao fazer comunicativo no contexto midiático que faz emergirem formas de relacionamento, interatividade, pertença e reconhecimento.

Nesse sentido, algumas interrogações são necessárias para que entendamos o papel social, cultural, ideológico, político e econômico do jornalismo e da comunicação, hajam vista os discursos que figuram nas produções jornalísticas e o(s) sentido(s) de verdade e realidade que neles materializam-se e circulam “livremente” pelas redes sociais digitais.

Torna-se fulcral discutirmos o papel dos sujeitos jornalistas e das organizações na produção de notícias assim como as posições que assumem no processo de produção, colocando em foco o campo do jornalismo e da comunicação: são campos abertos em que todos os agentes sociais podem articular estratégias comunicacionais próprias ou um campo totalmente fechado a serviço da legitimação do *status quo*? Como entender a força e o poder das distintas formas de discurso que circulam nos meios de comunicação tradicionais e nas redes sociais da Internet? Que perspectivas teóricas são fecundas para verificarmos as estratégias por trás das retóricas informativas midiáticas?

Evocamos, neste livro, que o jornalismo, tal como o vemos hoje, desenvolveu-se como atividade remunerada durante o século XIX em decorrência de um complexo processo de urbanização, escolarização, industrialização, avanços tecnológicos e o erigir de regimes políticos nos quais o princípio de liberdade de imprensa converteram-se em algo sagrado.

O aparecimento da Cibermídia não acarreta o fim das atividades do jornalismo, pois este, independente do suporte, faz-se na notícia, na reportagem, se “vestindo” em diversos gêneros, formatos e linguagens; é conhecimento e não apenas técnica. As mídias e redes sociais on-line, na verdade, podem reforçar o papel do jornalismo, dos jornalistas e da comunicação na sociedade contemporânea.

O propósito de fornecer relatos de acontecimentos interessantes pode parecer claro, mas esse objetivo é, como outros fenômenos, simples, inextricavelmente

complexo, evidenciando o desafio da tarefa de compreender tais questionamentos na relação entre a práxis jornalística, a natureza ontológica da comunicação e a confusa ambiência gerada pelo ecossistema virtual.

Marcelo Pereira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIREITOS HUMANOS NO CENÁRIO DIGITAL: IMPACTOS CAUSADOS PELAS FAKE NEWS	
Juliete Maganha Silva	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9321919051	
CAPÍTULO 2	13
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E OS PROVEDORES DE BUSCA NA INTERNET	
Marianne Ramalho dos Santos Leite	
Francisca da Glória Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9321919052	
CAPÍTULO 3	24
CRIMES AMBIENTAIS, ASSASSINATOS E GRILAGEM: ANÁLISE SOBRE JORNALISMO DE DADOS EM A PÚBLICA	
Francisco Aquinei Timóteo Queirós	
Francielle Maria Modesto Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9321919053	
CAPÍTULO 4	34
COMUNICAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O EXÉRCITO BRASILEIRO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.9321919054	
CAPÍTULO 5	41
O CASO ESCOLA BASE, A ÉTICA E O JORNALISMO MERCADORIA	
Jaine Araújo da Silva	
Francielle Maria Modesto Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9321919055	
CAPÍTULO 6	53
A COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS NO ANO 2016	
Diamantino Ribeiro	
António Pedro Costa	
Jorge Remondes	
DOI 10.22533/at.ed.9321919056	
CAPÍTULO 7	75
PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E CRIMINALIDADE: PARA ALÉM DAS NOTÍCIAS VEICULADAS EM JORNAIS ELETRÔNICOS DE MATO GROSSO-MT	
Everton Rossi	
Reni Aparecida Barsaglini	
DOI 10.22533/at.ed.9321919057	
CAPÍTULO 8	88
REDES SOCIAIS: É POSSÍVEL SUA INSERÇÃO NO FORMATO EAD? REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO A PARTIR DO USO DA FERRAMENTA LIVE DO FACEBOOK EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO	
Fabiana Crispino Santos	

Mirian Martins da Motta Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.9321919058

CAPÍTULO 9 99

MUITO ALÉM DA CAMISETA DE ROCK: NOVOS OLHARES SOBRE OS APRESENTADORES DE TELEJORNAL

Daniel Alves Scarcello

Wagner da Costa Silva

DOI 10.22533/at.ed.9321919059

CAPÍTULO 10 111

JORNALISMO DE DADOS E PARECER COMUM: MODOS DE CONSTRUÇÃO E EFEITOS DA NARRATIVA

Kelly De Conti Rodrigues

Carlos Alberto Garcia Biernath

Marcelo Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.93219190510

CAPÍTULO 11 124

MARKETING E POLÍTICA: O USO DO MARKETING NA ORGANIZAÇÃO DE UMA CAMPANHA ELEITORAL

Israel Aparecido Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.93219190511

SOBRE O ORGANIZADOR 139

ÍNDICE REMISSIVO 140

O CASO ESCOLA BASE, A ÉTICA E O JORNALISMO MERCADORIA

Jaine Araújo da Silva

Universidade Federal do Acre (UFAC)

Rio Branco – Acre

Francielle Maria Modesto Mendes

Universidade Federal do Acre (UFAC)

Rio Branco – Acre

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar condutas adotadas pelos jornalistas que cobriram o mais conhecido erro da imprensa brasileira, o caso Escola Base. A pesquisa parte da hipótese de que uma série de erros corriqueiros decorrentes do modelo comercial de jornalismo foi a causa dos problemas da cobertura em questão. Analisa-se o livro *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira*, de Emílio Coutinho (2016). Por meio da comparação da cobertura realizada em 1994, quando ocorreu o caso, e da elaborada por Coutinho para o livro, compreende-se que o jornalismo-mercadoria tem consequências na construção da notícia como produto final. A metodologia usada é a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (1977), por isso foram definidas as seguintes categorias: verdade no jornalismo, apuração jornalística, hipervalorização de versões de fontes oficiais, consequências das narrativas construídas pela imprensa e a perspectiva de um estudante de jornalismo. O aporte bibliográfico é

formado por Christofolletti (2008), Tófoli (2008), Bucci (2000), Marshall (2001), Medina (1988), entre outros. Como resultado, observa-se que erros como hipervalorização das versões da polícia, abertura ao denunciismo, não apuração e checagem dos fatos foram cometidos na cobertura jornalística de 1994, o mesmo não acontece na cobertura apresentada no livro de Emílio Coutinho, pois, como estudante de jornalismo, ele seguiu os princípios éticos da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Conteúdo; Apuração; Fontes.

THE ESCOLA BASE CASE, PROFESSIONAL ETHICS AND THE COMMERCIAL JOURNALISM

ABSTRACT: This paper aims to analyze the conduct adopted by journalists that covered the most known mistake of the Brazilian press, the Escola Base case. The research starts from the hypothesis that the series of errors identified in the studied case derived from the commercial model of journalism. The book *Escola Base: Onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira* written by Emílio Coutinho (2016) is analyzed. By comparing the news coverage made in 1994, when the case occurred, and Coutinho's cover, it was clear

that commercial journalism has consequences in the construction of news as a final product. The methodology used is Content Analysis, by Laurence Bardin (1977), so the following categories were defined: truth in journalism, journalistic investigation, overvaluation of versions of police sources, consequences of narratives constructed by the press and the perspective of a journalism student. The bibliography is composed by Christofolletti (2008), Tófoli (2008), Bucci (2000), Marshall (2001), Medina (1988), among others. As a result, it was observed that errors such as overvaluation of police versions, openness to denunciation, non-verification and verification of the facts were made in the 1994 journalistic coverage, the same does not happen in the coverage presented in Emílio Coutinho's book, because, as a student of journalism, he followed the ethical principles of the profession.

KEYWORDS: Content Analysis; sources; verification.

1 | INTRODUÇÃO

O caso Escola Base teve início no dia 28 de março de 1994, a partir de uma denúncia feita por mães de duas crianças que estudavam na escola, Cléa Parente de Carvalho e Lúcia Eiko Tanoue Chang. A denúncia afirmava de que os menores haviam sido vítimas de violência sexual e os donos da Escola de Educação Infantil Base, o casal Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada, estariam envolvidos no crime que destruiu a reputação da escola localizada em São Paulo. As denúncias surgiram após as mães afirmarem ter percebido comportamentos estranhos por parte das crianças que tinham apenas quatro anos de idade à época.

Outros dois casais foram acusados: a professora Paula Milhin Alvarenga, sócia de Aparecida Shimada, e seu esposo e motorista da kombi da escola em que supostamente aconteciam orgias sexuais com as crianças, Maurício Monteiro de Alvarenga; e Saulo da Costa Nunes e Mara Cristina da França Nunes, pais de um dos alunos do estabelecimento e donos da casa onde as crianças eram supostamente violentadas, segundo as denúncias.

Vale ressaltar que o inquérito do caso passou por quatro delegados diferentes: o primeiro, Antônio Primante, plantonista na noite em que as denúncias foram feitas, teve uma atuação breve no caso. Ele encaminhou as duas crianças supostamente violentadas ao Instituto Médico legal (IML) para a realização de exame de corpo de delito, solicitou o mandado de busca e apreensão na casa de Saulo e Mara Nunes, para onde se dirigiu acompanhado pelas mães das crianças. Além da casa, a escola também passou por revista, mas nenhuma prova foi encontrada.

Depois de Primante, Edécio Lemos se tornou o responsável pelo inquérito. Principal fonte adotada pelos jornalistas, ele espetacularizou o caso. Quando o caso ainda estava sob sua responsabilidade, Saulo e Mara Nunes foram presos. Três dias depois, o casal foi solto por falta de provas. Após ficar evidente seu posicionamento pouco profissional, Lemos foi afastado do caso. Porém, a imprensa

havia supervalorizado sua versão dos fatos.

Os últimos delegados que assumiram as investigações foram Gérson de Carvalho e Jorge Carrasco. Após haver uma considerável diminuição do caso na imprensa, no dia 11 de abril de 1994, após uma denúncia anônima, a casa do norte-americano Richard Pedicini foi revistada e uma nova página se escreveu: o gringo, como ficou conhecido, era a peça de ligação internacional do suposto esquema de pedofilia. Pedicini ficou preso durante nove dias até Gérson de Carvalho ir a público dizer que ele não tinha ligação com a escola. Os delegados arquivaram o inquérito não tendo encontrado provas mesmo após uma minuciosa investigação.

A Análise de Conteúdo é a metodologia usada na pesquisa da obra *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira* (2016), de Emílio Coutinho, buscando traçar um contraponto entre a apuração feita em 1994 e a feita em 2016 para a escrita do livro para compreender as diferenças entre os dois processos.

A Análise de Conteúdo é uma metodologia popularizada por Laurence Bardin em 1977. Esse tipo de estudo é dividido em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. A primeira fase é quando se reúne o material a fim de conhecê-lo e definir quais serão os indicadores utilizados para a análise. Esta etapa é subdividida em outras: leitura flutuante, primeiro contato com os textos, serve para reconhecimento mais geral do material que será estudado; definição do corpus de análise; elaboração de hipóteses e objetivos do trabalho; definição dos indicadores que servirão de base para a análise do corpus. A exploração do material é a "administração sistemática das decisões tomadas" (BARDIN, 1977, p.101). Nessa etapa, o pesquisador faz o recorte do texto em unidades de registro, trechos que se referem ao mesmo assunto ou que têm conteúdo semântico semelhante. Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação compreende a aplicação de alguma teoria para análise do corpus selecionado.

No que diz respeito à definição das categorias de análise, a pesquisa aborda alguns aspectos específicos da profissão: verdade no jornalismo, apuração, hipervalorização de versões de fontes oficiais, consequências das narrativas construídas pela imprensa e a perspectiva de um estudante de jornalismo. Para entender o jornalismo como mercadoria, utilizam-se como aporte teórico textos de Marshall (2001) e Medina (1988). Em se tratando especificamente da ética na prática do jornalismo, são estudados Christofolletti (2008), Tófoli (2008) e Bucci (2000).

Para a escrita do livro analisado, o autor faz o caminho inverso ao dos jornalistas que cobriram o caso em 1994, esforça-se na tarefa de conversar com todos os envolvidos no caso: os sete acusados, as mães que acusavam, os delegados e o repórter Valmir Salaro, responsável pela matéria que foi ao ar no Jornal Nacional sem a versão dos acusados. Supõe-se que o esforço em busca da ética jornalística se deve ao fato de que Coutinho era estudante de jornalismo à época da apuração e redação do livro, seu trabalho de conclusão de curso. Assim, ele adotou comportamentos

pautados numa visão que muitas vezes se perde quando o jornalista já está inserido no mercado de trabalho, como aconteceu com os profissionais que cobriram o caso Escola Base.

2 | VERDADE NO JORNALISMO

O 4º artigo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros afirma: "o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos" (FENAJ, 2007). Cabe refletir, então, sobre qual é o conceito de verdade para o jornalismo. Conforme Tófoli (2008), em jornalismo, a verdade não é um conceito fechado em si mesmo, mas uma construção que existe a partir de uma visão específica que, por sua vez, é influenciada por diversos elementos como a linha editorial do veículo, o enquadramento da pauta, a escolha das fontes, tudo isso permeado pelos interesses dos jornalistas e do dono do veículo.

Sendo assim, por mais que existam esforços na busca por objetividade e neutralidade, o principal produto do jornalismo, as notícias, não é livre da influência de todos os profissionais que estão envolvidos em sua produção. Para a autora, "a noticiabilidade está diretamente relacionada com os processos de rotinização e padronização das práticas produtivas" (TÓFOLI, 2008, p.33). Isso se deve ao fato de as organizações jornalísticas serem, também, empreendimentos que precisam gerar lucro. Sem essa padronização de rotinas e estabelecimento de critérios seria impossível lidar com o jornalismo sob a perspectiva de negócio rentável.

Bucci (2000) defende que as questões éticas em jornalismo estão inseridas dentro de um mercado que engloba as empresas de comunicação e, por este motivo, as discussões éticas devem estar voltadas também aos patrões, donos de veículos e não apenas aos jornalistas, já que

os piores problemas da imprensa brasileira são problemas construídos no interior das empresas de comunicação por forças e interesses que ultrapassam os domínios de uma redação e nada têm a ver com os interesses legítimos de seus telespectadores, leitores, ouvintes" (BUCCI, 2000, p.32).

Ainda nesse sentido, Medina (1988) entende a notícia como um elemento incluído no complexo mercantil. Dessa forma, a autora dialoga com Marshall (2001), de acordo com quem a cultura estetizada organiza as empresas jornalísticas em "unidades de produção e processamento capitalista" (MARSHALL, 2001, p.3). Assim, elas ficam submetidas à lógica de mercado, visando audiência e, conseqüentemente, lucro. Essa nova estética faz com que o modo de funcionamento do mercado seja inserido na imprensa que "passa, conseqüentemente, a falar a linguagem do capital" (MARSHALL, 2001, p.3).

Para Bucci (2000), a redação é um núcleo encarregado de pensar. Uma redação composta por vários jornalistas é fundamental para as discussões dos assuntos, das pautas e das matérias. Um ponto interessante na cobertura do

caso Escola Base é a postura adotada pelo jornal Diário Popular. Único veículo de imprensa que acompanhou a revista feita pela polícia na escola, decidiu silenciar após o repórter Antônio Carlos Silveira dos Santos perceber contradições no caso e conversar com o editor de polícia, Paulo Breitenvieser, e com o diretor do jornal, Jorge Miranda Jordão, que optaram por não publicar nada até a apresentação de provas (COUTINHO, 2016). Esse episódio confirma a importância de uma redação onde os profissionais de jornalismo estão dispostos a dialogar sobre os conteúdos que podem ser transformados em notícias.

Mesmo entendendo que "a verdade no jornalismo é relativa, condicionada, mitificada e útil aos interesses dos veículos e dos próprios profissionais"(TÓFOLI, 2008, p.38), é fundamental que o jornalista busque aproximações àquilo que se convencionou chamar de verdade no senso comum. Isto só é possível quando existe uma tentativa constante de ouvir os vários lados da história, não se autocensurar nem censurar a outros. Tais condutas não foram seguidas pelos profissionais envolvidos no caso Escola Base, o que resultou no mais conhecido crime da imprensa brasileira.

3 | HIPERVALORIZAÇÃO DE VERSÕES DE FONTES OFICIAIS

Um dos elementos sem o qual é impossível produzir qualquer conteúdo jornalístico são as fontes: "pessoas, entidades, instituições que têm algo a dizer ou a demonstrar que interesse à coletividade, ao jornalista, à empresa onde ou para quem ele trabalha" (TÓFOLI, 2008, p.51). Mas, é importante compreender que fontes não são isentas. Pelo contrário, podem querer "dizer ou não, demonstrar ou omitir, algo que interesse à sociedade, a ela própria [a fonte], ou à empresa/instituição/entidade onde ou para quem ela trabalha, ou ao jornalista ou à empresa para qual ou na qual ele trabalha" (TÓFOLI, 2008, p.51).

O artigo 2º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros define que a divulgação da informação deve ser precisa e correta. Em complemento, o artigo 4º do mesmo Código diz: "o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação" (FENAJ, 2007). Compreende-se que a relação fonte-jornalista é uma via de mão dupla, ao passo em que jornalistas devem divulgar as versões apresentadas pelas fontes e estas, por sua vez, devem sempre dizer a verdade. É, portanto, uma relação marcada por trocas, de modo que

a fonte tem a informação; o jornalista tem a capacidade de torná-la pública, de transformá-la em notícia; a fonte quer fazer parte da agenda pública, divulgando temas que são do seu interesse, o jornalista quer informação exclusiva, que o coloque ou o veículo de comunicação no qual trabalha na agenda de interesses [...] (TÓFOLI, 2008, p.53).

A complexidade decorrente dessa relação exige alguns cuidados éticos. Dentre eles, um ponto bastante destacado por Tófoli (2008) é a questão da abertura

exclusiva de espaço às versões de fontes oficiais. Tal atitude por parte de jornalistas é problemática, pois, como já mencionado, todas as fontes têm interesses, sejam próprios, sejam vinculados à instituição da qual as fontes fazem parte. Por mais preparadas e profissionais que sejam, fontes oficiais não fogem a essa regra. O que se espera do jornalista é que ele dê o mesmo tratamento aos mais variados tipos de fonte.

No caso Escola Base, esse cuidado foi esquecido. Conforme Coutinho (2016), o receio de que o caso não fosse devidamente investigado fez com que as mães que denunciavam recorressem à Rede Globo de São Paulo. Uma equipe comandada por Valmir Salaro, principal repórter de polícia do canal, foi designada para a cobertura daquilo que "não era apenas um furo jornalístico, mas uma bomba" (COUTINHO, 2016, p.20). Assim, uma matéria sem a versão dos acusados foi ao ar no Jornal Nacional do dia 29 de março de 1994.

Para Coutinho (2016), a influência de Edécio Lemos, delegado responsável pelas investigações do caso Escola Base na maior parte do tempo em que as investigações ainda estavam em curso, na espetacularização das denúncias é inegável. Em um dos momentos em que fora questionado sobre a falta de provas, ele disse que o próprio inquérito era a prova. Vale destacar que "um inquérito policial é o procedimento no qual se investiga uma acusação à procura de provas do delito, portanto, a sua simples instauração não pode ser considerada prova nenhuma para condenação" (COUTINHO, 2016, p.22).

Entrando no jogo do delegado, que devia zelar pela presunção da inocência dos acusados, os jornalistas acabaram cometendo um dos principais crimes de imprensa: o pré-julgamento. Esse erro ocorre principalmente quando não há separação entre polícia e jornalista (CHRISTOFOLETTI, 2008). Para evitá-lo, o jornalista deve combinar dois procedimentos: sempre duvidar das versões oficiais, pois, "a dúvida salvaria o jornalismo, afastando-o das tentações de ser tendencioso." (CHRISTOFOLETTI, 2005, p.33); e jamais deixar de ouvir a versão dos acusados: "Registrar a outra versão é obrigação do jornalista, não por flexibilidade, complacência ou compaixão, mas por dever moral" (CHRISTOFOLETTI, 2005, p.36). Ouvir somente as versões oficiais ou tê-las como verdadeiras e inquestionáveis sem fazer nenhum tipo de checagem ou apuração é problemático, pois o jornalismo acaba assumindo a "lógica de faroeste" que rege o mundo policial, segundo a qual o mundo está organizado de forma maniqueísta, conforme o autor.

Outro cuidado apontado por Christofolletti (2008) é medir distâncias: "o jornalista deve estar próximo da fonte o bastante para extrair o que interessa e distante o suficiente para não se confundir com a notícia" (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.41). Medindo as distâncias corretamente e colocando à prova as versões que lhe são repassadas, o jornalista terá mais chances de realizar um trabalho ético.

4 | APURAÇÃO JORNALÍSTICA

Uma das premissas do exercício do jornalismo é apurar os fatos. Nada mais do que buscar, checar, investigar e confrontar versões apresentadas por fontes. A apuração pode, então, ser entendida como a base do jornalismo porque não há como fazer jornalismo "sem sujar as mãos" (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.42). A execução desse processo deve ser constante na vida dos profissionais que optam por este ofício.

É importante compreender que "poder implica responsabilidade" (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.17). Por meio de seu trabalho, o jornalista tem poder de reforçar imaginários e construir representações acerca daqueles que são expostos. No caso Escola Base, os jornalistas se apegaram à denúncia feita pelas duas mães. A apuração deixou a desejar, pois um laudo inconclusivo foi tido como prova de um crime e, a partir dele, as denúncias foram endossadas e os acusados receberam uma condenação social: "O documento constatava que a vítima realmente possuía algumas lesões anais, entretanto, esse resultado era inconclusivo. As feridas poderiam ser resultado de abuso sexual, mas também poderiam ter sido ocasionadas por uma diarreia forte" (COUTINHO, 2016, p.21).

Os veículos de jornalismo se permitiram viver um mimetismo. Agindo com "espírito de manada" (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.62), ignorando as premissas da profissão e não refletindo sobre o que estavam fazendo, seguiram a lógica "Uma vez que a Globo denunciou, também devemos fazê-lo" (COUTINHO, 2016, p.20). Após a veiculação das denúncias no Jornal Nacional sem a versão dos acusados, os demais veículos passaram a divulgar todo desdobramento, mas só a versão do delegado enquanto fonte oficial. A atitude dos jornalistas ocasionou a falta de polifonia - já que não havia espaço para a versão dos acusados - e o declínio da veracidade da informação - pois apenas reproduziam as versões já existentes sem apuração e checagem. Tanto a falta de polifonia quanto o declínio da veracidade são consequências da falta de cuidados éticos (TÓFOLI, 2008).

No que diz respeito à reflexão sobre o mimetismo cometido pelos veículos de jornalismo que cobriram o caso, destaca-se a ação do jornalista Florestan Fernandes Júnior, à época vinculado à TV Cultura, que foi convidado pelos acusados a publicar a versão deles sobre o caso - acompanhado por Chico Verani, da rádio Jovem Pan, e pela repórter Regina Terraz, de *O Estado de São Paulo*. Somente a partir da publicação dessa entrevista, o delegado Edélcio Lemos começou a ser questionado pela imprensa sobre a veracidade das acusações e tanto a cobertura jornalística quanto o caso tomou outro rumo com a substituição do delegado. Porém, já era tarde demais.

5 | CONSEQUÊNCIAS DAS NARRATIVAS CONSTRUÍDAS PELA IMPRENSA

Os erros da imprensa não se isolam em si mesmos. No caso Escola Base, sete pessoas foram acusadas e condenadas socialmente. Passando a divulgar todas as denúncias sobre o caso, os jornais deixaram de lado a responsabilidade social que deve ser inerente à profissão do jornalista. A escola foi depredada, assim como a casa de Paula Milhin e Maurício Alvarenga. Além do que os donos da Escola Base tiveram que se esconder para preservar suas vidas (COUTINHO, 2016). Como consequência da abertura para o denunciamento somada à veiculação exaustiva da versão oficial, a do delegado responsável pelo caso, os sete acusados passaram pelo que o autor chama de morte social, já que jamais tiveram suas vidas normalizadas após a divulgação do caso: "A maior perversidade de erros desse tipo é a impossibilidade de serem revertidos" (CHRISTOFOLETTI, 2009, p.19).

As vidas de Ayres, Aparecida, Maurício, Paula, Saulo, Mara e Richard foram transformadas, no pior sentido possível. Doenças psicológicas e físicas, sonhos profissionais arruinados, reputações manchadas e famílias desestruturadas foram as consequências palpáveis que confirmam o que Christofolletti (2008) diz sobre o mito "ética é uma coisa abstrata". Para o autor, "a ética pode não ser concreta, mas as consequências de uma decisão ética repercutem no plano material. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.19)

Prova disso é que mesmo depois de vinte e um anos do escândalo que envolvia a Escola Base, Coutinho (2016) diz ter tido dificuldades para conversar sobre o assunto com pessoas que vivem próximas à casa que antes pertencia a Maurício Alvarenga e Paula Milhin:

Passadas duas décadas, o ambiente ainda é de medo, insegurança e desconfiança. Apesar de conversarem comigo, os vizinhos sequer abriam a porta de suas residências. Em uma das casas tive que entrevistar a dona através de um buraco que existia no portão. A maioria das conversas foi feita aos sussurros, como se estivéssemos falando de um assunto proibido. (COUTINHO, 2016, p.29)

O jornalista relata ter percebido que "todos os vizinhos manifestaram não acreditar na plena inocência dos Alvarenga. E houve quem tivesse certeza de que o casal era culpado" (COUTINHO, 2016, p.29). Além disso, ressalta que todos os vizinhos entrevistados afirmaram que ficaram sabendo sobre o caso por meio da televisão. O medo de falar sobre o assunto também foi percebido nas proximidades do local onde ficava a escolinha. Mas os moradores acreditavam na inocência do casal Shimada, além do que tinham ciência da responsabilidade da imprensa no que diz respeito às proporções que o caso tomou (COUTINHO, 2016). Isso fica evidente na fala de dona Tereza, 60 anos, que aconselhou o então estudante de jornalismo Emílio Coutinho: "Sempre diga a verdade! Não faça parte da Imprensa Marrom que só quer saber de sensacionalismo!" (COUTINHO, 2016, p.35)

Ao entrevistar Paula Milhin, prima e sócia de Aparecida Shimada, Coutinho descobriu que ela demitiu-se de um emprego que havia conseguido nos Correios,

após ser acusada de roubo. Em outra ocasião, enquanto tentava ajudar uma amiga a vender um restaurante, foi xingada, perdendo a comissão que a ajudaria a quitar dívidas. Paula conclui que o caso Escola Base se deu devido a uma sequência de erros da polícia e da imprensa. Um dos erros dos jornalistas apontados por ela foi a divulgação de seu endereço: "Mesmo que eu fosse a pedófila que diziam que eu era, acredito que eles não tinham o direito de publicar o nosso endereço residencial" (COUTINHO, 2016, p.51).

Além das perdas materiais, um medo se sobressaía: o de perder a própria vida. Com a exposição e o exagero adotado pelos jornalistas, os acusados passaram a receber inúmeras ameaças. O que mais ofende Paula é o fato de a imprensa não ter aberto para a retratação o mesmo espaço que abriu para as acusações: "Depois que se comprovou que as acusações eram falsas, deviam ter perguntado: "mas o que eles perderam? Vamos ressarcir para eles terem uma segunda chance"" (COUTINHO, 2016, p.52). Como decorrência do caso, ela acumula doenças físicas e psicológicas.

Antes de ser acusado de fazer parte da rede de pedofilia, Richard Pedicini, o gringo, trabalhava com raspadinhas premiadas e tinha grande retorno com isso. Com o escândalo, teve de largar o negócio, pois "tem certas coisas que você não pode fazer depois de ser preso e sua imagem ser exposta na televisão de forma negativa" (COUTINHO, 2016, p.64). Essa fala de Pedicini mostra que o caso Escola Base também é visto por ele como a soma de erros da polícia e da imprensa. Richard Pedicini entende que imprensa usa dois pesos e duas medidas a depender da fonte:

É absolutamente assimétrico o interesse de comprovar a acusação, e quando a acusação não é comprovada a intenção é sair de fininho. A coragem de enfrentar um preso algemado não é a mesma para enfrentar um delegado armado. O interesse na boa informação não existe. O interesse é na acusação. (COUTINHO, 2016, p.68)

Assim, como Paula e Maurício, Saulo e Mara também se divorciaram depois do caso. À época, foram prestar depoimento voluntariamente, mas acabaram presos. Saulo conta que foi ameaçado de morte várias vezes no primeiro dia em que ficou em uma cela separado da esposa, pois os detentos viram sua imagem nos telejornais. As ameaças não ficaram restritas à prisão:

Poxa, eu tinha uma vida normal, não tinha feito nada, de repente as pessoas queriam me matar. Tudo por causa de uma mentira, uma informação que não foi checada e na qual as pessoas acreditaram e já saíram detonando. Nós corremos risco de vida. A gente saía na rua e o pessoal queria matar a gente. (COUTINHO, 2016, p.78)

Saulo discerne que os erros de imprensa no que diz respeito à falta de checagem são comuns até hoje. Apesar de todo o trauma decorrente da cobertura jornalística do caso, ele entende que o trabalho dos jornalistas é necessário, embora reconheça ser difícil reverter os discursos forjados pela imprensa, "[...] pois apesar de se falar muito sobre ética e justiça, a imprensa ainda hoje vive desse sensacionalismo sem

ponderar as consequências." (COUTINHO, 2016, p.80)

6 | A PERSPECTIVA DE UM ESTUDANTE DE JORNALISMO

Em diversos trechos do livro fica evidente a preocupação de Emílio Coutinho em não repetir os mesmos erros que os colegas jornalistas cometeram ao cobrir o caso Escola Base em 1994. Conforme Christofolletti (2005), o cuidado é entendido em jornalismo como uma orientação de caráter técnico diretamente ligada a uma conduta ética. Em outras palavras, a ética jornalística deve ser expressa em atitudes, em condutas que fazem parte da rotina profissional. Essa constante preocupação é demonstrada desde o início na conduta adotada por Coutinho. Quando consegue marcar uma entrevista com Paula Milhin, o autor demonstra que sentiu insegurança com relação à concretização da conversa, mas isso não o desmotivou:

A sensação era de alegria por ela ter aceitado conversar sobre o caso e também desconfiança, pois eu não tinha certeza se ela realmente estava interessada em recordar aquele pesadelo, e se o endereço que havia me passado era real. Mas eu não tinha outra escolha a não ser acreditar nela e comparecer pontualmente no local e hora combinados. (COUTINHO, 2016, p.39)

O então estudante de jornalismo era motivado pela construção de um panorama da vida dos envolvidos no caso, acusadores e acusados, vinte anos depois. Isso incluía as mães que acusaram. A aproximação de Clea Parente e de Lúcia Eiko Tanoue se deu por meio de rede social, assim como no caso de Richard Pedicini. Coutinho desenvolveu estratégias para construir uma relação amigável com a primeira mãe: "Com receio de ser bloqueado logo de cara, tentei me aproximar dela, comentei alguns posts que apareciam na minha timeline e recebi alguns likes dela em troca" (COUTINHO, 2016, p.86). Depois de todo o cuidado, Clea Parente negou a entrevista ao perceber que se tratava do caso Escola Base, o qual ela disse não conhecer. Depois da negativa, Coutinho descobriu o endereço de Lúcia Tanoue com quem marcou uma entrevista. Por interfone, a mulher afirmou que o caso repercutiu negativamente até hoje e que, em decorrência disso, ela toma remédios. A entrevista aconteceria no dia seguinte, mas ela não o recebeu.

Ao tentar entrevistar Maurício Alvarenga, o motorista da kombi, Coutinho recebe um "não" e, apesar do desapontamento por não conseguir a versão, faz uma reflexão importante tendo ciência de que cumpriu seu papel:

Poderia ter montado campana na porta da casa dele e aguardado. Poderia ter tentado subir no muro do vizinho para tirar uma foto. Enfim, muita coisa poderia ser feita, mas acredito que neste trabalho, em que exatamente escrevo sobre as consequências da imprensa sensacionalista, praticar esse tipo de jornalismo abutire seria contradizer os meus princípios enquanto jornalista. (COUTINHO, 2016, p.102-103)

Segundo os relatos do livro, a fonte mais difícil de contatar foi o delegado Edécio Lemos. Coutinho demorou semanas para conseguir contato com ele que,

assim como Jorge Carrasco e Mara Nunes, não quis ceder entrevista. Coutinho entrevistou o único jornalista que assumiu ter tido responsabilidade sobre os erros de imprensa na cobertura do caso. Valmir Salaro diz ter aprendido a "não confiar em ninguém durante uma reportagem" (COUTINHO, 2016, p.122). Como o casal Shimada não estava mais vivo à época da escrita do livro, Coutinho conversou com a ex-nora deles que informou que a Rede Globo foi a única instituição que pagou indenização ao casal. Ela informou também que entre a família não se falava sobre o caso porque, mesmo depois de anos, o assunto causava muito sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso Escola Base é estudado até hoje nas escolas de comunicação do Brasil e deveria ser pedagógico em alguns aspectos. Nele, percebe-se uma sequência de condutas adotadas pelos jornalistas. Um dos fatores que contribuiu para a formação da opinião pública contra os acusados foi a imprensa ter dado ouvidos exclusivamente à versão oficial da polícia - baseada em um inquérito frágil que não comprovava as acusações. Outro ponto problemático é a falta de apuração, fator elementar para a produção de todo e qualquer conteúdo jornalístico. Na cobertura feita em 1994, percebe-se que os jornalistas deixaram essa prática de lado e passaram a reproduzir as versões oficiais da polícia sem questioná-las.

Considera-se que não basta o jornalista ouvir o máximo de lados possíveis em cada cobertura, há ainda uma etapa posterior e tão importante quanto: a checagem das versões. Ela permitirá ao profissional do jornalismo investigar se as informações apresentadas pelas fontes são verdadeiras e até que ponto existem para defender seus interesses próprios. É um trabalho árduo, mas necessário na busca pelo jornalismo ético.

O caso Escola Base ilustra bem essa sequência de erros ou de falta de cautela por parte dos jornalistas. Porém, compreende-se que a responsabilidade social não é produto da boa vontade do profissional enquanto indivíduo, já que a produção da notícia envolve uma série de fatores, interesses e visões. Dessa forma, considera-se fundamental que as discussões e reflexões sobre a ética no fazer jornalismo sejam constantes na vida de todos aqueles que estão envolvidos de forma direta ou indireta na produção das notícias. Ou seja, a ética tem que alcançar todos os aspectos das empresas que produzem jornalismo, inclusive a visão dos donos.

Outro ponto a ser destacado é como os processos adotados pelo autor do livro *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira*, analisado neste artigo, são diferentes das práticas dos jornalistas que cobriram o caso Escola Base. Isso pode ser compreendido a partir de uma perspectiva que entende que a atitude de Emílio Coutinho era ainda baseada no que é passado aos estudantes de jornalismo, nos cuidados com a ética. Em alguns momentos,

chega a ser incômoda a forma como ele demonstra preocupação com a possível reação das fontes. Mas é compreensível, já que estava em busca de uma postura profissional contrária à adotada pelos colegas em 1994.

Por fim, com vistas às coberturas feitas atualmente, percebe-se que as condutas de falta de apuração e checagem, mimetismo midiático, hipervalorização de versões oficiais e falta de distanciamento de determinadas fontes continuam sendo comuns no meio jornalístico. Dito de outra maneira, os passos dados pelos jornalistas na produção das notícias continuam sendo os mesmos. Além do que os conteúdos jornalísticos continuam sendo produzidos e vendidos como mercadorias, ou seja, o lucro continua sendo o fim dessa atividade, o que dificulta ainda mais algum tipo de mudança de comportamento, já que as preocupações com a ética são deixadas em segundo plano em detrimento da rentabilidade do negócio.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. — São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Criminalização de vítimas na imprensa: considerações sobre a ética jornalística**. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo. Volume XXVIII, nº 1, janeiro/junho de 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2YBsKSb>> Acesso em: 14 nov. 2018.

COUTINHO, Emílio. **Escola Base: Onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira**. - São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2016.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. Código de ética dos jornalistas brasileiros, 2007.

MARSHALL, Leandro. **A estética da mercadoria jornalística**. Anais XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS, 2001. Disponível em: <<http://twixar.me/Nyv1>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. — 2. ed. — São Paulo: Summus, 1988.

TÓFOLI, Luciene. **Ética no jornalismo**. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOBRE O ORGANIZADOR

MARCELO PEREIRA DA SILVA - Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, desenvolvendo o projeto intitulado: “Ecologia da Comunicação Organizacional – consumidores, instituições e públicos de afinidade nas redes sociais virtuais: interatividade, decepção, convivência e conflitualidade” (2018) Doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo na linha de pesquisa Comunicação Institucional e Mercadológica, defendendo a tese: “A comunicação corporativa e o discurso do consumidor contemporâneo nos sites sociais de reclamação: decepção e coabitação na rede – desafios e oportunidades” (2016). Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, apresentando a dissertação: “Sentidos de Brasil na imprensa argentina – A teia noticiosa do periódico *Clarín* (2009). Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (2003). Atualmente, é docente permanente do Mestrado Interdisciplinar em “Cultura e Sociedade”, do Mestrado Profissional em Comunicação e do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís. É diretor da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, coordenando os Núcleos de Relações Públicas e Cerimonial, Rádio e TV, Web Jornalismo e Produção Visual e Publicidade desde agosto de 2018. Coordena o Grupo de Pesquisa ECCOM – Ecologia da Comunicação Organizacional na Universidade Federal do Maranhão. É organizador dos e-books: “A Influência da Comunicação”, “Comunicação, Mídias e Educação 2” e “Comunicação, Mídias e Educação 3” pela Editora Atena. E-mail: marcelosilva_rp@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agência de reportagem 24, 25
Amazônia 24, 25, 29, 32
Análise de conteúdo 41, 43, 52, 53, 54, 55, 59, 66, 71, 73, 74, 75, 77, 86, 110
Análise qualitativa 53, 55, 59, 73
Apresentadores 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109
Apuração 16, 25, 28, 30, 31, 32, 41, 43, 45, 46, 47, 51, 52, 89, 90
Audiência 10, 26, 44, 99, 101

C

Centro de comunicação social 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40
Cidadãos 7, 8, 16, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 68, 70, 71, 72, 73, 128, 134
Circulação 1, 5, 6, 18, 25, 26, 28, 77
Comunicação governamental 53, 54, 55, 56, 72, 73, 74
Consumo 15, 104, 112, 113, 118, 122

D

Direito à informação 13, 14, 19, 20, 21, 25
Direito ao esquecimento 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23
Direitos humanos 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 25, 80

E

EAD 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97
Ensino 3, 66, 76, 83, 90, 92, 93, 94, 97, 98
Exército 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

F

Fake News 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12
Felicidade 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74
Fontes 15, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 58, 74, 90, 111, 116, 117, 123

G

G1 6, 7, 8, 9, 89, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 110
Gestão 36, 40, 53, 56, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 128, 129, 130, 137, 138
Graduação presencial 91, 92, 96

I

Instituição penitenciária 75, 76, 79

Internet 1, 2, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 34, 36, 74, 89, 90, 93, 94, 99, 101, 103, 110

J

Jornalismo de dados 24, 26, 27, 32, 33, 111, 114, 115, 122, 123

L

Live do facebook 88

M

Mato Grosso 75, 76, 77, 79, 85

Meio social 1, 4

Mídia 6, 38, 39, 75, 77, 136

Mídias tradicionais 99

Ministério da felicidade 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 72, 73, 74

N

Notícia 10, 11, 13, 17, 20, 28, 29, 32, 41, 44, 45, 46, 51, 52, 61, 77, 85, 89, 90, 95, 99, 101, 102, 103, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123

P

Positividade 53, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73

Prisões 75, 80, 83, 84, 85, 86, 87

Provedores 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Pública 4, 10, 24, 25, 29, 32, 45, 51, 55, 73, 84, 86, 118, 126, 128, 137

R

Realidade 27, 32, 75, 77, 80, 85, 86, 88, 91, 94, 96, 101, 112, 113, 115, 125, 128, 132

Redes Sociais 1, 6, 7, 10, 11, 12, 72, 77, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 129, 134, 135, 136, 139

T

Tecnologias 1, 2, 6, 11, 27, 34, 40, 92, 93, 98, 101

Telejornalismo 99, 100, 101, 110

TV 38, 47, 92, 95, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 110, 133, 134, 139

W

WebQDA 53, 54, 55, 59, 73

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-793-2



9 788572 477932